

O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DE CRIANÇAS BEM PEQUENAS NA CRECHE E OS DESAFIOS ENCONTRADOS NA PRÁTICA DOCENTE

Patrícia de Jesus Martins ¹
Emanuela da Silva Soares ²
Francisco Nairon Monteiro Júnior ³

RESUMO

O processo de adaptação das crianças bem pequenas na creche é uma fase crucial tanto para os pequenos quanto para os pais ou responsáveis. Cada criança é única, e o processo de adaptação pode variar. O principal é oferecer um ambiente acolhedor, suporte emocional e tempo para que a criança se ajuste à nova rotina na creche. Deste feito, levanta-se a discussão: quais são as principais dificuldades encontradas pelo professor no processo de adaptação das crianças bem pequenas ao chegarem na creche? Assim, esta pesquisa tem como objetivo: analisar os principais desafios para o processo de socialização das crianças bem pequenas na creche. Para tal, realizou-se um estudo de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa, fundamentada nos seguintes autores: Kuhlmann Jr. (1998), Oliveira (2014), Rousseau (1778), Silva (2008), Barreto (1998), Bilória Metzner (2013), Bassedas, Huguet e Solé (1999), Paschoal (2016), Freire (1996). Bem como documentos oficiais BNCC (2017), Constituição Federal (1988), LDB (1966), entre outros. Uma boa adaptação na creche envolve a criação de um ambiente que promova segurança emocional, comunicação efetiva e respeito ao ritmo individual de cada criança. A colaboração entre pais e cuidadores é essencial para garantir uma transição suave. Tanto os pais ou responsáveis precisam ser flexíveis e pacientes. Mudanças podem levar tempo, e reações emocionais, como resistência ou choro, são normais durante o processo de adaptação.

Palavras-chave: Crianças bem pequenas. Creche. Adaptação. Rotina.

INTRODUÇÃO

O processo de adaptação das crianças bem pequenas vem sendo alvo de grandes discussões no universo da Educação Infantil. Vários autores têm voltado seu olhar para essa temática, considerando que essa é uma fase importante para o desenvolvimento das crianças. Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), “[...] a entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada” (Brasil, 2018, p. 36).

Graduada no curso de Pedagogia da Faculdade São Francisco da Paraíba – FSF patricialindomarbj@gmail.com;

² Mestre em Educação Culturais e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, soaressilvaemanuela@gmail.com;

³ Doutor em Educação em Ciências e Matemática pelo PPGECE da UNESP Bauru/SP, naironjr67@gmail.com.

O universo infantil vem sendo questionado por muitos professores, principalmente como se dá o processo de adaptação. Esse estudo embarca nessa discussão. Para isso, foi necessário revisitar a história da Educação no Brasil, por meio de pesquisas bibliográficas, afim de compreender o funcionamento das instituições no século XIX até os dias atuais (Kuhlmann, 1998).

O interesse pela pesquisa surgiu a partir dessa experiência vivenciada como docente em uma creche. Nesse ambiente, houve a oportunidade de observar o processo de adaptação das crianças muito pequenas, de 0 a 3 anos. É importante destacar que o período adaptativo demanda do educador um olhar atencioso e reflexivo em relação a essas crianças, considerando o seu processo de desenvolvimento.

Mediante essa realidade, delineou-se o seguinte problema de pesquisa: quais são as principais dificuldades encontradas pelo professor no processo de adaptação das crianças bem pequenas ao chegarem na creche?

Na busca em responder esse questionamento, este estudo traz o objetivo geral: analisar os principais desafios para o processo de socialização das crianças bem pequenas na creche. E os objetivos específicos: entender de que forma o ser docente pode contribuir para que essa adaptação das crianças bem pequenas ocorra de forma satisfatória na creche; compreender como o processo de adaptação na creche pode auxiliar no desenvolvimento integral das crianças bem pequenas.

A princípio, apresentamos uma revisão da parte histórica da Educação, abordada por Kuhlmann Jr. (1998), Oliveira (2014) e Rousseau (1778). Os movimentos de luta por creches defendidos por Silva (2008) e Barreto (1998), os processos de adaptação das crianças, proposto por Bilória Metzner (2013), os conceitos de crianças bem pequenas defendidos pela BNCC e como acontece o trabalho docente sugerido por Bassedas, Huguet e Solé (1999), Paschoal *et al.* (2016) e Paulo Freire (1996).

METODOLOGIA

A pesquisa parte de informações confiáveis que possibilitam a construção do conhecimento humano em diferentes áreas, descobrindo novos métodos, estratégias e teorias, evitando a ignorância de informações não fundamentadas.

Sobre a importância de pesquisar, Demo (2006, p. 50) enfatiza que: “[...] se a razão do ensino, vale o reverso, o ensino é a razão da pesquisa. O importante é compreender

que sem pesquisa não há ensino. A ausência da pesquisa degrada o ensino a patamares típicos de reprodução imitativa”.

Esse trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, realizada por meio de pesquisas em livros e artigos. Essa pesquisa possibilita que tenhamos uma base teórica para o nosso objeto de estudo, oportunizando à pesquisadora os procedimentos metodológicos a serem aplicados para compreender mais sobre o objeto pesquisado. A pesquisa bibliográfica “difere da revisão bibliográfica uma vez que vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, ao imprimir sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente” (Lima; Miotto, 2007, p. 44).

Esse estudo é classificado como descritivo, ou seja, aquele que descreve as informações coletadas, analisa as características e comportamentos de um fenômeno ou objeto de estudo e registra. “Em geral, envolve o uso de técnicas padronizadas para levantamento dos dados” (Rodrigues; Neubert, 2023, p. 42).

Assim sendo, realizou-se uma pesquisa com abordagem qualitativa. Conforme Minayo e Sanches (1993): “É no campo da subjetividade e do simbolismo que se afirma a abordagem qualitativa”. Conforme Minayo (2014), a pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ela não se preocupa com números ou dados estatísticos, mas sim em interpretar, experienciar e compreender o que está sendo pesquisado, dando uma maior credibilidade para as informações obtidas.

Para Martins (2004), a variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva. A abordagem qualitativa facilitou identificar os detalhes de informações presentes na literatura, para compreender o processo de adaptação das crianças.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

UMA BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A Educação Infantil esteve voltada para o assistencialismo, era no convívio familiar que as crianças aprendiam, seja com os adultos ou até mesmo com outras crianças do seu convívio. No entanto, na sociedade contemporânea as crianças passaram a ter o direito de frequentarem a Educação Infantil, seja nas creches ou na pré-escola. Esse direito só se concretizou em virtude da Constituição de 1988, que vem estabelecer, no seu

Art. 208, inciso IV, que a educação infantil deve ser ofertada em creches e pré-escolas, com idade de até 5 anos. Garantindo no Art. 211, § 2º, os municípios deverão atuar com prioridade no ensino fundamental e na educação infantil.

A história da educação infantil no Brasil traz uma revolução no reconhecimento social das crianças com direitos a uma educação de qualidade, embora essa ideologia ainda enfrente contradições. No Brasil, o atendimento de crianças de 0 a 6 anos começou a ser estabelecido no final do século XIX, em resposta às transformações ocorridas no cenário nacional. Para o autor, as instituições educacionais voltadas para crianças pequenas mantêm uma conexão intrínseca aos aspectos históricos relacionados à infância, à família, entre outros fatores.

Para Oliveira (2014), as instituições educacionais foram criadas nos séculos XV e XVI. O desenvolvimento científico, a expansão entre outros fatores, favoreceram o surgimento de novos olhares em relação à forma como a criança seria educada. As instituições normalmente trabalhavam atividades de canto, reza, de bons hábitos, valorizando a religião.

De acordo com Kuhlmann (1998), nos séculos XVIII e XIX, a educação infantil começou a ser vista com mais interesse educacional, num ambiente em que se direcionava a atenção às crianças, preparando-as para a vida adulta. As creches não eram apenas substituições das Casas de Expostos, que recebiam as crianças abandonadas, mas sim uma maneira de evitar com que as mães abandonassem seus filhos.

Para que o direito à educação seja efetivamente consolidado, é preciso profissionais aptos para exercerem a função. O profissional que trabalha na educação infantil necessita ter uma formação adequada. Para isso, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), de 1996, impõe que os professores de educação infantil tenham uma formação mínima para trabalhar na educação e no cuidado das crianças.

Esse documento (Brasil, 1996, p.44), em seu Art. 62, defende que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima, para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5(cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal.

Ao longo dos anos, vêm sendo criadas leis com o propósito de conceber uma educação de qualidade e para que isso aconteça, precisa-se de políticas públicas para fazer

com que as determinações da LDB sejam alcançadas. Partindo desse pressuposto, deverão ser criadas e desenvolvidas políticas públicas para assegurar uma educação de qualidade.

A Constituição Federal de 1988 reconhece que é dever do Estado e da família promover uma educação para todos, onde deverá ser promovido o desenvolvimento pleno da pessoa. Para que essa educação seja realizada, é necessário que a família e a escola trabalhem em conjunto, unidos com o propósito de uma educação de qualidade.

O Artigo 205 defende a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Em linhas gerais, a Constituição garante que todos recebam uma educação de qualidade, com participação da sociedade, com o propósito do desenvolvimento integral, ou seja, social, cognitivo, emocional e físico, preparando-o para o exercício da cidadania.

A CRECHE: UM ESPAÇO DE LUTA PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

É na Educação Infantil que as crianças iniciam sua primeira etapa na educação básica. Esse espaço não está relacionado ao ambiente doméstico, podendo ser público ou privado, no qual os principais propósitos são o de cuidar e o de educar, onde toda a comunidade deverá fiscalizar a qualidade da educação ofertada. São características como essas que possibilitam a definição do contexto da educação infantil no sistema de ensino.

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (Artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 05/09).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado a responsabilidade de oferecer atendimento em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 6 anos. Contudo, anos depois aconteceram mudanças na Emenda Constitucional de nº 53/2006 (Brasil, 2006), diminuindo de 6 anos para 5 anos o período da Educação Infantil, até porque, em 2005, o início do Ensino Fundamental obrigatório foi estabelecido para seis anos.

Podemos observar, diante das legislações, que a LDB se tornou um marco para a Educação Infantil. Em razão disso, foi sendo discutido o real papel da Educação Infantil, reconhecida como parte da Educação Básica, como meta o desenvolvimento integral da criança (Barreto, 1998). Por conseguinte, foram surgindo vários documentos que visavam a integração da Educação Infantil com olhar educacional, não mais voltado somente para o assistencialismo, mas sim como olhar pedagógico, pensado no cuidar, como também no educar. Documentos como esses se tornaram marcos legais com o propósito de tornar as creches e as pré-escolas segmentos educacionais.

É notável destacarmos, também, outros documentos que marcaram a Educação Infantil. Temos o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2010), Plano Nacional de Educação (Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014), entre outros.

O Movimento de Luta Pró-Creche – MLPC era visto pelo público como uma manifestação organizada da população em apoio às creches comunitárias, mas isso não implicava que todos compartilhassem da mesma orientação ou das mesmas opiniões. Ao contrário, os membros do movimento se esforçavam para manter a coesão interna e desenvolver estratégias de ação que unificassem o movimento. Para Silva (2008, p. 53):

Para compreender o processo de construção do sujeito profissional de Educação Infantil, foram tomados, separadamente, como sistema de ação: a produção acadêmica a respeito da Educação Infantil, o movimento de luta por creches e a organização das trabalhadoras das instituições de Educação Infantil comunitárias, as quais embora atendam à faixa etária de 0 até os 6 anos, em geral, se autodenominam creches.

Em harmonia com a autora, podemos compreender como os profissionais de Educação Infantil definiam suas atuações profissionais, ou seja, quais foram as metodologias utilizadas para investigar. Foram analisados três aspectos como sistema de influência: a formação acadêmica desses profissionais que trabalhavam nas creches; os esforços em relação ao movimento por creches, visando a melhoria das condições para as crianças; e a maneira como essas profissionais se organizavam para enfrentar os desafios. Assim, tomavam conhecimento de como funcionava a construção desse profissional.

Segundo Cury (1998), a Constituição de 1946 fazia referência ao assistencialismo, ou seja, a educação era considerada uma forma de assistência ou apoio às crianças, e não como um direito. Foi somente na Constituição de 1967 e da Junta Militar de 1969, que a ideia de uma lei específica para as crianças foi introduzida. A partir dessa lei,

providenciou-se o assistencialismo de maneira obrigatória para as crianças, fazendo com que fosse cumprido como direito e dever para o Estado. No entanto, foi a Constituição de 1988 que trouxe algumas diferenças, incluindo não só o assistencialismo, mas sim, a imposição ao Estado como dever, onde no artigo 30, afirma que compete aos municípios manter com cooperação técnica e financeira da União e do Estado programas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental.

COMPREENDENDO O CONCEITO DE CRIANÇAS BEM PEQUENAS

Ao nascer, a criança convive apenas com um grupo social, a família. Nesse estágio, ela não está habituada a se afastar do ambiente familiar, onde encontra conforto e o acolhimento dos pais. A Base Nacional Comum Curricular - BNCC defende que a Educação Infantil é o início do processo educacional. É nesse momento que ocorre a separação das crianças dos seus vínculos familiares. O ambiente escolar para as crianças é algo novo, em que deverão compartilhar objetos e conviver com crianças e adultos, onde terão outra rotina a ser seguida.

A BNCC assegura que na Educação Infantil tenha seis direitos de aprendizagem, os quais são: *Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e conhecer*. Esses direitos possibilitam com que as crianças aprendam e desenvolvam. Além dos direitos de aprendizagem, a BNCC propõe cinco campos de experiências, proporcionando os objetivos de aprendizagem das crianças, nas diferentes faixas etárias, em busca do desenvolvimento e a aprendizagem por meio das experiências (Brasil, 2018).

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), em seu Artigo 4º, defendem que a criança é:

Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Nessa perspectiva, a expressão “sujeito histórico e de direitos” implica que a criança não é passiva, mas sim ativa. Ela interage constantemente no ambiente em que está inserida, em um contexto histórico, possuindo conhecimentos, cultura e construindo sua identidade. A criança sofre influência, bem como influencia em suas interações, destacando seu papel como um agente ativo no processo.

A BNCC organiza a Educação Infantil em três grupos distintos. O primeiro grupo refere-se aos bebês, abrangendo a faixa etária de 0 a 1 ano e 6 meses. O segundo grupo engloba as crianças bem pequenas, compreendendo aquelas de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses, que frequentam creches. Por fim, o último grupo diz respeito à faixa etária final da Educação Infantil, constituída por crianças pequenas de 4 anos a 5 anos e 11 meses. Essa categorização visa atender às necessidades específicas de desenvolvimento de cada grupo, proporcionando uma abordagem pedagógica adequada a cada fase da infância (Brasil, 2018).

A cada faixa de idade, a BNCC estabelece os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do indivíduo, possibilitando com que a criança vivencie diversas situações e se desenvolva integralmente.

O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DAS CRIANÇAS NO ESPAÇO DA CRECHE

Segundo Bilória e Metzner (2013), é crucial estabelecer uma rotina escolar nas instituições de ensino. Isso se justifica pelo fato de que as crianças necessitam de uma estrutura previsível para compreenderem o que ocorrerá ao longo do dia, evitando assim a ansiedade em relação ao momento da saída. Além disso, a implementação de uma rotina contribui para o desenvolvimento da autonomia e confiança das crianças em relação aos seus professores, especialmente porque muitas delas não têm familiaridade prévia com os educadores. A ausência desse vínculo pode levar a sentimentos de abandono pelos pais, manifestados por crises de choro no início do processo de adaptação, tornando-o ainda mais desafiador. Portanto, o estabelecimento de uma rotina escolar é fundamental para promover um ambiente acolhedor e seguro, facilitando a adaptação das crianças ao contexto escolar.

A rotina possibilita a diminuição do stress das crianças. Elas conseguem adquirir segurança, como também aprendem a ter um controle do tempo, ou seja, elas começam a compreender que as atividades possuem, cada uma, o seu momento. Além disso, observa-se que a rotina a organização didática, pedagógica e temporal, por parte da professora, visto que a mesma organizará seu plano de aula conforme a rotina, propiciando o desenvolvimento das atividades, processo de aprendizagem das crianças e, conseqüentemente, o processo de adaptação (Bilória; Metzner, 2013). É inevitável que a rotina seja estruturada em vivências, nas quais as crianças deverão ser as protagonistas do aprendizado, visando o respeito, pois cada criança possui seu tempo de adaptação.

O TRABALHO DOCENTE E O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DAS CRIANÇAS NA CRECHE

A fim de proporcionar às crianças uma adaptação eficaz, onde as mesmas possam adquirir habilidades e competências necessárias ao desenvolvimento, é fundamental que elas estejam em um ambiente atrativo, onde possam ser realizadas atividades em que elas explorem o ambiente e adquiram confiança para com suas professoras. Por outro lado, a adaptação das crianças requer que as famílias, juntamente com a escola, tenham uma relação que seja “baseada no respeito mútuo, na confiança e na aceitação das peculiaridades de cada um” (Bassedas; Huguet; Solé, 1999, p. 26).

Primeiramente o professor precisa conhecer o seu aluno, os seus gostos, o que lhe irrita e como acalmá-lo. Para que isso aconteça, é necessária a parceria entre a família e as instituições. Paschoal *et al.* (2016) afirmam que para estreitar os laços entre a família e a escola, as instituições precisam incluir nas suas atividades algo que permita conhecer as crianças. “Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças” (Brasil, 2018, p. 39).

Vygotsky (2007) relata que se a criança aprende, ela está se desenvolvendo, ambos estão inter-relacionados, ou seja, a criança convive em um meio social desde o nascimento, onde são expostas para elas experiências de aprendizagem antes de chegarem a uma instituição de ensino. Ainda segundo ele, o planejamento do professor tem que levar em conta a ‘Zona de Desenvolvimento Proximal’ (ZDP), que consiste na distância entre o que o aluno já sabe e o que ele pode aprender sozinho ou com a ajuda de alguém mais experiente. Assim, fica clara a necessidade do professor, em seu planejamento de ensino, conhecer o nível cognitivo do aluno, para não ocorrer o risco de planejar conteúdos e habilidades que estejam além das possibilidades do aluno naquele estágio de desenvolvimento. Neste viés, atividades introdutórias permitem conhecer tais estágios, já que as turmas são heterogêneas e a aprendizagem dar-se-á de forma personalizada.

É fundamental termos docentes capacitados para trabalhar na Educação Infantil, pois o processo de adaptação das crianças não é nada fácil, carecendo que o professor tenha um olhar mais afetuoso para compreender o quão peculiar é esse processo. Segundo Paulo Freire (1996, p. 141), “[...] a afetividade não se pode achar excluída da cognoscibilidade”, o professor, necessita encontrar maneiras para compreender as

emoções de seus alunos, para que assim, facilite o processo de adaptação, consequentemente a aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os desafios enfrentados pelos professores durante o processo de adaptação de crianças muito pequenas no ingresso à creche, destaca-se que esses momentos envolvem uma significativa separação da família. Nesse contexto, é essencial que os educadores e as famílias dediquem uma atenção especial a essas crianças, dado o fato de serem muito pequenas e estarem enfrentando uma transição que implica na separação temporária de seus lares para ingressar no ambiente escolar. Este é um período crucial que demanda uma abordagem sensível, tanto por parte dos docentes quanto das famílias, para garantir que a experiência de adaptação seja positiva e que as crianças se sintam seguras e acolhidas durante esse processo.

Esse processo pode tornar-se um pouco doloroso, e nem sempre acontece da mesma maneira, ao depender de cada criança, considerando que cada ser é único nas suas singularidades. Dessa forma, é possível destacar que essa adaptação das crianças bem pequenas na creche é um processo importante e sensível, tanto para as crianças, quanto para seus pais ou cuidadores. A transição da casa para a creche pode ser desafiadora, mas, com planejamento e cuidado adequados, pode ser uma experiência positiva para todos os envolvidos.

Para a adaptação acontecer, é necessária a confiança da família para com os docentes. Além disso, é preciso a família ter o conhecimento do papel desse ‘ser docente’ em sala de aula. Para os professores, é fundamental uma formação adequada na qual o seu olhar esteja voltado para o desenvolvimento da criança. O processo pode levar algum tempo, mas, com apoio adequado, a maioria das crianças pequenas se adapta bem à creche e aproveita as experiências positivas de aprendizado e socialização que ela oferece.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Ângela M. R. Situação atual da Educação Infantil no Brasil. *In*: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de Educação Infantil**. v. 2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

BASSEDAS, E.; HUGUET, T.; SOLÉ, I. Família e escola. *In*: BASSEDAS, E.; HUGUET, T.; SOLÉ, I. **Aprender e ensinar na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. p. 281-301.

BILÓRIA, Jéssica Ferreira; METZNER, Andréia Cristina. A importância da rotina na Educação Infantil. **Fafibe On-Line, Bebedouro**, v. 6, n. 6, p. 1-7, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5**, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 2009. Seção 1, p. 18. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988; atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-1998. 21. São Paulo: Saraiva, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 set. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 53**, de 19 de dezembro de 2006a. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm. Acesso em: 22 set. 2023.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5**, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: CNE, 2009. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf. Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 24 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Subsecretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC/SEB, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 15 abril. 2023

CURY, C. R. J. A Educação Infantil como direito. *In*: **Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de Educação Infantil**. v. 2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

DEMO. P. Pesquisa: princípios científico e educativo. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

KUHLMANN JÚNIOR, M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>

MARTINS, H. H. T. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 02, p. 289-300, mai.-ago. 2004.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2014. 393p.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de saúde pública**, v. 9, p. 237-248, 1993.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

PASCHOAL, J. D. *et al.* A educação infantil em foco: desafios e perspectivas para a educação dos bebês. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 11, n. 4, p. 2174-2190, 2016. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v11.n4.8530>

RODRIGUES, R. S.; NEUBERT, P. da S. **Introdução à pesquisa bibliográfica.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5007/978-65-5805-082-7>

ROZIN, E. M. Pedro Demo: pesquisa, princípio científico e educativo. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, [S. l.], n. 17, 2018.

SILVA, I. de O. e. **Educação Infantil no coração da cidade.** São Paulo: Cortez Editora, 2008.

SILVA, R. A. G. da. Formação de professores de Educação Infantil: perspectivas para projetos de formação e de supervisão. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 20, n. 21, p. 193-194, 2011.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.